

TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO E AS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS

Mariana Gravina Prates Junqueira¹

Resumo

Esse artigo propõe uma análise dos processos de transformação a que o mundo tem passado na atualidade, e tem provocado profundas reflexões, tanto entre os cientistas naturais, como os sociais. Entre eles, extremamente relevante para o debate, está a globalização, com uma complexidade que permite uma análise sob uma ótica social, econômica e cultural e esse olhar múltiplo também a transforma: em muitas globalizações. Assim, interligando-as com o neoliberalismo, a nova economia e as questões ambientais e sociais da atualidade, temos várias dimensões da globalização ou das globalizações.

Palavras chave: Globalização, Neoliberalismo, Socioambiental.

Abstract

This article exposes an analysis about the transformations process in nowadays world, which had provoked deep reflexions between the natural scientist and the social scientist. A extremely relevant subject to be mentioned is the globalization, but its complexity allow us to think in a social, economic and cultural ways, and this multiple emphasis changes it into several globalizations. In this way, connecting them to the neoliberalism, the new economy, the environmental and social issue, we have a globalization in several ways or globalizations.

Key words: Globalization, Neoliberalism, Environment

Introdução

As transformações do mundo contemporâneo tem sido palco de intensos debates entre as ciências sociais e naturais. Dentre elas a globalização tem papel de destaque nesse cenário, já que engloba dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais e podem ser compreendidas de diversas maneiras. Portanto, esse artigo visa discutir as dimensões da

¹ Mestre em Antropologia e professora na Faculdade de Administração - Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi.

Artigo recebido em 24/11/2010; aprovado em 17/12/2010.

globalização, ou das globalizações, interligando-as com o neoliberalismo, a nova economia e as questões ambientais e sociais da atualidade.

Numa abordagem econômica a globalização articula a nova economia transnacional, desregulando as economias nacionais, que passam a ser dependentes dos organismos multilaterais. Já sob o ponto de vista social, destrói identidades étnicas e produz um sistema completamente injusto, que além de desencadear o aumento da pobreza e da desigualdade social, tem sistematicamente acarretado danos irreparáveis ao ambiente em que vivemos.

A globalização também pode ser entendida numa ótica dominante e ser definida como hegemônica, sendo defendidos pelo “consenso neoliberal ou Consenso de Washington”, e por outro lado interesses que defendem a globalização contra – hegemônica. Acompanhando o neoliberalismo, a economia neoliberal globalizada produz um sistema social desigual e injusto e a distribuição da riqueza mundial a cada dia mais se torna um problema global, e a ânsia desmedida por lucro desrespeita quaisquer valores sociais ou naturais.

Portanto, proponho um debate que envolve as questões econômicas, sociais e também naturais, isto é, como as transformações econômicas do século vinte e vinte e um têm impactado tanto as sociedades como o ambiente em que vivemos.

Globalizações e transformações socioambientais

Nas últimas décadas, presenciamos uma acelerada transformação no mundo contemporâneo, dentre elas podemos citar o desenvolvimento da tecnologia e da informação, os transportes e os meios de comunicação e a globalização dos sistemas de produção e transações financeiras.

A globalização vem sendo estudada e definida por diversos autores que discorrem sobre o tema; segundo Giddens(1990, p.64) ela pode ser entendida como “a intensificação de

relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa”. Para o Grupo de Lisboa, segundo Boaventura (2002), a globalização é uma fase posterior à internacionalização e à mundialização.

Esse fenômeno da globalização abrange dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, interligadas de maneira bastante complexa. Dessa complexidade originam as inúmeras formas de se compreender o fenômeno da globalização.

A globalização hegemônica ou as características dominantes da globalização devem ser entendidas na dinâmica econômica, política e cultural e não apenas econômica, como fazem inúmeros autores pretendendo que exista de fato um consenso no interior do processo. Ao invés disso, podemos observar interesses hegemônicos, sendo defendidos pelo consenso neoliberal ou Consenso de Washington, e por outro lado interesses que defendem a globalização contra – hegemônica. É claro que essas diferenças geram um campo de conflitos entre grupos divergentes.

A globalização econômica da década de oitenta contou com uma nova divisão do trabalho e foi levada a cabo pelas empresas multinacionais. Surgia aí uma nova economia mundial, na qual eram o sistema financeiro e os investimentos em escala global que começavam a dominá-la. E ainda, a desregulação das economias nacionais em detrimento de agências financeiras multilaterais e a revolução nas tecnologias de informação e de comunicação. Nesse novo cenário econômico emergem três grandes capitalismo transnacionais, o americano, o japonês e o europeu.

Assim as economias nacionais deveriam abrir os seus mercados e adequar-se aos preços internacionais, enfatizando a exportação, reduzindo a inflação, privatizando as empresas estatais, diminuindo a ação do estado sobre a economia (Estado mínimo) e desonerando o estado com medidas contendo os gastos públicos, principalmente as políticas sociais

(SANTOS 2002). As empresas multinacionais ganham uma nova importância institucional e concentram grande poder econômico dentro dessa economia neoliberal.

A globalização econômica é de fato, sustentada pelo consenso neoliberal e segue alguns princípios, como: redução da regulação estatal, novos direitos de propriedade internacional e a subordinação dos Estados nacionais aos organismos multilaterais entre eles o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio. (ROBINSON, 1995). Os países periféricos, nesse contexto estão mais sujeitos às imposições neoliberais, na medida em que dependem dos organismos para negociar suas dívidas externas e conseguirem mais empréstimos.

Quando nos voltamos a discutir a globalização social, nos deparamos com grandes problemas de desigualdade. Essa desigualdade crescente na economia neoliberal fundamenta-se justamente no poder de uma nova classe institucional, a das multinacionais e nas novas regulamentações impostas pelos organismos multilaterais e pelo pensamento neoliberal.

O neoliberalismo, segundo Anderson(1995) conquista novos adeptos e passa a ser defendido como uma alternativa para solucionar problemas da social – democracia e como uma nova ideologia. O programa neoliberal, segundo esse mesmo autor consegue um êxito inegável: controlar a inflação da década de 70; aumentar as taxas de lucro das empresas, graças à derrota dos movimentos sindicais, que foi obtida com a diminuição dos salários e o desemprego(imprescindível para uma economia de mercado eficiente); e finalmente, o outro objetivo inegável do neoliberalismo, o aumento do grau de desigualdade. Assim o crescimento do capitalismo avançado mundial volta a ser uma possibilidade real. Entretanto esse crescimento nas décadas de 70 e 80 não aconteceu e somado ao déficit do governo com os desempregados poderia significar o fim dessa ideologia tão defendida como salvadora da economia. Mas isso não aconteceu apesar da crise dos anos 90, “o projeto neoliberal continua a demonstrar uma vitalidade impressionante” (ANDERSON, 1995, p. 17). Para solucionar esses problemas, aceitam

quedas na produção e graus de desigualdade com o empobrecimento da maior parte da população.

No Brasil a ditadura começou o processo de liberalização econômica por trás de um autoritarismo político e teve início também a dilapidação do Estado brasileiro. Com a eleição de Fernando Collor de Mello surgiu o neoliberalismo a brasileira, que pretendia solucionar o problema da hiperinflação, conter os escandalosos gastos do governo e aproximando o Brasil dos empréstimos dos organismos multilaterais, conseguindo alcançar o tão almejado crescimento econômico (OLIVEIRA, 1995).

Em vista das premissas que acompanham o neoliberalismo, é evidente que a economia neoliberal globalizada produz um sistema social extremamente desigual e injusto, no qual alguns países e empresas concentram poder de decisão e capital. A distribuição da riqueza mundial tem-se tornado a cada dia mais um problema global: um bilhão e meio de pessoas vivem na pobreza absoluta, enquanto outros dois bilhões de pessoas vivem com um rendimento inferior a um dólar.

Os próprios organismos multilaterais são obrigados a reconhecer o caráter excludente desse sistema imposto por eles, entretanto ele é inevitável a essa economia global. Essa imposição se dá, conforme mencionei anteriormente, com o controle da dívida externa pelo FMI e Banco Mundial. A partir daí Santos(2002) responsabiliza-os pela globalização da pobreza.

A globalização cultural é outro tema em questão, pois pode ser entendido como uma homogeneização, americanização ou ainda ocidentalização das culturas no mundo.

Entretanto, para muitos autores é justamente nesse momento em que a diversidade emerge enfatizando identidades e etnias próprias. Enquanto os Estados – Nação estão perdendo seu poder aglutinador, diversos outros grupos conferem esse pertencimento aos

cidadãos: grupo de mulheres, de cientistas, jovens ou de alguma etnia em particular (BAUMAN, 2005).

É um grande desafio para os Estados, para a democracia, para os cidadãos lidar com essas novas relações incertas da globalização, novas perspectivas do espaço, que se amplia e do tempo, que se acelera (GOMES, 1998). Segundo esse autor há diferentes posições em relação à atuação do Estado no processo, dividindo-os em céticos e transformistas.

O local e o global são temas relevantes no processo de globalização, pois são produzidos no interior desse. O global só pode assim se tornar se antes houver a produção local. Assim a globalização pressupõe a localização. Assim Santos(2002) propõe diversas formas de globalização como o localismo globalizado e o globalismo localizado que são entendidas segundo o autor como a globalização hegemônica. Em contraste a essa forma dominante está a globalização contra – hegemônica, que pode ser entendida como uma resposta local às pressões globais. Entre essa resistência estão: o cosmopolitismo, entendido por uma resistência nacional às desigualdades do sistema hegemônico e o patrimônio comum da humanidade, que por meio de lutas transnacionais pretende proteger recursos comuns a todos os cidadãos do mundo, como o ambiente, as matas tropicais, entre outros (SANTOS 2002).

Enfim, o fenômeno que conhecemos hoje por globalização, é uma decorrência de conjuntos diferenciados de relações sociais que conseqüentemente produzem diferentes fenômenos de globalização, ou também, globalizações. Por ser múltiplo e não um fenômeno hermético pode concomitantemente, destruir os equilíbrios e identidades existentes anteriormente a ele, como produzir uma inédita solidariedade global (SANTOS 2002).

Mais que um fenômeno isolado, pode ser considerado uma releitura de várias formas de organização, forças produtivas e relações de produção, tais como, o mercantilismo,

colonialismo, imperialismo, interdependência, transnacionalismo e globalismo. Ao longo do processo histórico e geográfico imprimem uma transformação do capitalismo nesse fenômeno que hoje é dominado pelas forças do mercado e recebe simplificada o nome de globalização (IANNI, 1996).

Concomitante ao desenvolvimento do capitalismo globalizado começa a se desenvolver, segundo Ianni (1996), uma sociedade global que reabre as discussões sobre o que venha a ser a modernidade e a pós - modernidade. As contradições são inerentes ao processo compreendendo em integração e fragmentação, nacionalismo e regionalismo, racismo e fundamentalismo, geoeconomia e geopolítica. Assim essa sociedade global, em formação também possui uma característica complexa.

Nesse mesmo sentido de Boaventura, Ianni também confere a globalização um caráter, não homogeneizador, mas de diferenciação, diversidades e desigualdades.

Quando esse sistema mundial se põe em movimento e se moderniza é transformado numa aldeia global, com o desenvolvimento da comunicação, a generalização dos meios impressos e eletrônicos de comunicação envolvendo todo o mundo. Os meios de comunicação de massa abrangem mais do que o local, mas também o global, sendo um importante agente de informação, compreensão, explicação e imaginação do que acontece pelo mundo. Essa imprensa internacional vai representar importante papel de poder das classes dominantes, nas esferas internacionais (IANNI, 1996).

Uma nova configuração espacial é produzida por esse mundo moderno e nela estão: as migrações e as viagens de negócios e turismo. Há a multiplicação das relações internacionais e no interior desses elementos globais não econômicos estão: a expansão da democracia e a deterioração do planeta (VIEIRA, 1997).

Globalizados também estão os problemas ligados ao meio ambiente. O processo de urbanização e industrialização deu ao homem um maior controle sobre os recursos

naturais, possibilitando o desenvolvimento de biotecnologias e o aumento da produção agrícola e industrial, e em contrapartida produziram um impacto negativo sobre o ambiente. A atmosfera, os oceanos, os rios, os lagos, os lençóis de água, as florestas, a fauna e a flora estão cada vez mais ameaçados.

A atividade humana modificou radicalmente a configuração da camada natural das terras do mundo. A destruição indiscriminada de florestas e zonas verdes, a pastagem excessiva e a gestão inadequada das terras agrícolas conduziram à degradação de grandes extensões de terra. (VIEIRA, 1997 p. 92).

A fragilidade a que a terra está sujeita, continua o autor, é um ambiente de diversidade biológica, social e cultural que sobrevive graças à solidariedade entre os agentes. Assim a degradação ambiental significa não só a extinção de seres vivos, destruição de ecossistemas, mas também a degradação de certas culturas e até de povos inteiros.

A superexploração de terras cultiváveis e pastagens acarretam o processo de desertificação. A degradação dos espaços naturais, a industrialização, as queimadas, o desmatamento de florestas, a extração de minérios, as grandes barragens destroem os ecossistemas, as plantas, os animais, os homens.

Com efeito, seria impossível aos países em desenvolvimento, como Brasil e Índia alcançar o mesmo modelo de desenvolvimento dos países desenvolvidos, simplesmente por que os recursos naturais são limitados. Os Estados Unidos, por exemplo, consomem um terço da energia do mundo; os países desenvolvidos do hemisfério norte consomem 80% da energia e produzem 75 a 80% dos gases responsáveis pelo efeito estufa.

Nos anos 80 as questões ambientais deixam de ser compreendidas localmente, e passam a ter escala global, como o aquecimento global, o buraco na camada de ozônio e as alterações climáticas.

As conferências das nações unidas sobre o meio ambiente discutem os problemas ambientais globais e pretende-se alcançar soluções também gerais em relação ao

desmatamento, poluição de águas e rios, aquecimento global entre outros. Entretanto apesar desses estímulos nada tem mudado de fato em relação ao ambiente e as previsões para o futuro do homem no planeta, tornam-se cada dia, mais sombrias. Falta d'água, poluição do solo, inundação de cidades litorâneas, poluição do ar.....

A destruição do ambiente natural caminha de mãos dadas com o desenvolvimento e expansão mundial do capitalismo e por outro lado, o fim do modo tradicional e auto-suficiente de vida das comunidades rurais de todo o mundo.

A propaganda incentiva a todos a adotarem esse novo estilo de vida de consumo e forja imagens com possibilidades reais de todos viverem esse mundo moderno, confortável e consumista. Entretanto, essa possibilidade é remota uma vez que os recursos naturais do planeta não supririam toda a demanda mundial, além dos resíduos tóxicos, o lixo e a poluição em geral, ou seja, essa nova economia é insustentável do ponto de vista ecológico e social (CAPRA, 2002).

A sustentabilidade começa a ser largamente discutida por diversos cientistas, ecologistas e outros estudiosos que estão desenvolvendo tecnologia para frear essa destruição compulsiva da sociedade de consumo. E para tanto, o autor propõe uma mudança sistêmica profunda, para que seja possível uma “virada do jogo” com medidas concretas. Dentre essas transformações ele destaca a valorização da dignidade humana, dos direitos humanos básicos, da ética como padrão de conduta e a sustentabilidade, isto é o estabelecimento de uma sociedade sustentável, capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as gerações futuras.

Seria, portanto um projeto ecológico capaz de solucionar os problemas do capitalismo globalizado, com uso de tecnologia bem empregada para ter um índice de poluição zero e abolir a emissão de resíduos tóxicos – zeri². Esse princípio de emissão zero, parte do pressuposto que resíduos são alimentos, portanto poluição zero aumenta também a

² Zeri – Zero Emissions Reserch and Iniciatives (Pesquisa e iniciativas de emissão zero). Fundado em 1990 pelo empresário Gunter Pauli, o princípio da emissão zero agrupou indústrias que passaram a adotá-lo. Emissão zero significa zero de resíduo e desperdício.

produtividade e qualidade dos produtos e gera empregos. Uma economia de serviços e fluxos, que se apóia nos recursos humanos, seria desenvolvida. Substituindo a economia de propriedade dos bens, a matéria prima circularia entre os fabricantes e usuários e outras indústrias, possibilitando a redistribuição da matéria prima. Nesse contexto haveria uma reestruturação econômica completa, na qual uma harmonização dos interesses dos fabricantes e usuários levaria a uma maior durabilidade dos produtos. (CAPRA, 2002)

Apesar de haver tecnologia suficiente para a elaboração desse novo plano econômico, ele está longe de acontecer de fato; não por falta de subsídios técnicos, mas por falta de vontade política.

Uma política de civilização seria para Morin(1997) a saída para essas questões levantadas por Capra. Essa política teria por imperativo: solidarizar, revitalizar, conviver e moralizar. Então haveria uma reconstrução do modo de vida, de produzir, consumir, substituindo a quantidade pela qualidade. “A elevação do nível de vida no âmbito da civilização ocidental está gangrenada pelo abaixamento da qualidade de vida” (MORIN, 1997, p.136).

Nesse contexto, a ânsia de uma vida melhor e mais confortável faz com que os homens produzam uma sociedade injusta e destruam o meio natural, imprescindível para todos, num desenvolvimento desenfreado, que vai moldando novos valores e perspectivas de vida para os cidadãos urbanos.

Nos debates no Fórum Econômico mundial em Davos, 2001, alguns participantes admitiram que a globalização só terá futuro se integrar a todos, sendo ecologicamente sustentável e associando os direitos e os valores humanos.

Num capitalismo global preocupado principalmente com grandes lucros, o mercado consumidor é peça chave para seu desenvolvimento e sem dúvida os recursos naturais e energéticos que possibilitam sua continuidade e sucesso. É justamente essa economia de

mercado, ou nova economia que vem sendo questionada por cientistas, ecologistas e cidadãos do mundo. Sua inviabilidade é tanto social como ecológica, portanto numa perspectiva em longo prazo prevê-se uma rejeição a esse sistema socialmente excludente e ecologicamente destruidor.

A globalização social, política e econômica também são criticadas juntamente com o neoliberalismo como sendo a responsável pelo agravamento da injustiça social, a fome e a miséria em muitos países do mundo e também pela aceleração da destruição do planeta, acarretando mudanças climáticas, destruição da biodiversidade e de populações tradicionais.

Enfim, quando nos deparamos com os processos sociais políticos e econômicos que entendemos hoje por globalização ou globalizações, não podemos deixar de lado questões que estão necessariamente envolvendo todas as sociedades: o ambiente em que vivemos. Assim, a discussão da globalização está ganhando espaço por suas características diversas e polêmica, envolvendo diversos atores, não só sociais mais também naturais. Inseridos numa economia capitalista globalizada, também chamada de nova economia, tanto os homens, como os outros seres vivos do planeta são desprezados; as sociedades, a biodiversidade e até os recursos naturais são vistos com olhares de obtenção de lucro, sem preocupações em relação a sua preservação ou ao futuro de todos.

Com preocupações diversas os cientistas sociais e das ciências naturais procuram, pesquisar alternativas, propor mudanças, discutir problemas, tentando alertar a sociedade dos acontecimentos atuais buscando assim, quem sabe alcançar soluções ou senão tanto apenas informar o que está havendo. O que é certo, portanto é que essas transformações se não impossíveis, serão muito difícil de ser alcançadas e o que nos resta parece ser, o otimismo e a utopia da construção de um novo mundo.

Considerações finais

O fenômeno que conhecemos hoje por globalização, é uma decorrência de conjuntos diferenciados de relações sociais que conseqüentemente produzem diferentes tipos de globalização, ou também, globalizações. Inseridas em processos sociais políticos e econômicos, e também é claro em questões que estão necessariamente envolvendo todas as sociedades e o ambiente em que vivemos. Assim, a discussão da globalização se diversifica, envolvendo diversos atores, não só sociais mais também naturais.

A crítica à globalização social, política e econômica está vinculada ao neoliberalismo, responsável pelo agravamento da injustiça social, a fome e a miséria pelo mundo todo e também pela aceleração da destruição do planeta, acarretando mudanças climáticas, destruição da biodiversidade e de populações tradicionais.

Numa economia capitalista globalizada, a nova economia, tanto os homens, como os outros seres vivos do planeta são desvalorizados; as sociedades, a biodiversidade e até os recursos naturais são vistos como possibilidade de lucro, sem preocupações em relação a sua preservação ou ao futuro de todos.

As preocupações são diversas, entretanto tanto os cientistas sociais como os das ciências naturais têm pesquisado e proposto alternativas para mudanças, e também discutido problemas, tentando alertar a sociedade para as questões atuais e possibilidades de profundas transformações. Entretanto apesar de não serem impossíveis, parecem muito difíceis de serem alcançadas, mas apesar disso podemos manter o otimismo e a utopia da construção de um novo mundo.

Referências

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E, GENTILI, P (orgs). *Pós neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

- BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005
- BAUMAN, Zigmunt. *Globalização. As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999
- CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas – ciência par uma vida sustentável*. São Paulo: Editora cultrix, 2002.
- GIDDENS, A. *Sociology*. Oxford: Polity Press, 1990.
- GÓMES, José Maria. *Globalização, Estado – Nação e cidadania*. Contexto internacional vol.20, nº1 janeiro/junho, 1998.
- HABERMAS, Jurgen. *O Estado – Nação Europeu frente aos desafios da globalização – O passado e o futuro da soberania e da cidadania*. Novos Estudos Cebrap, edição 43, novembro 1995.
- IANNI, Octavio. *Teoria da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- MORIN, Edgar; NAIR, Sami. *Uma política de civilização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Neoliberalismo à brasileira*. In: SADER, E, GENTILI, P (orgs). *Pós neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ROBINSON, William. *Globalization: Nine Theses on our Epoch*. Race and Class, Vol 38, p.13-31, outubro 1996.
- SOUZA SANTOS, Boaventura (org). *A globalização e as ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, 2002.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global – limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

